

# SEGURANÇA GLOBAL E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: O CASO DA AMAZÔNIA\*

*Alberto Teixeira da Silva*

Este texto busca refletir de forma preliminar sobre o problema da segurança na contemporaneidade, abordando a emergência da segurança climática como aspecto relevante e crucial na agenda política do século XXI. O fim da bipolaridade e o contexto pós-guerra fria resultaram numa ordem multipolar de interdependências globais e agendas multifacetadas que tencionam o conceito de segurança para além do enfoque tradicional de estudos estratégico-militares.

A noção de defesa nacional centrada na visão estadocêntrica no marco da soberania territorial mostra-se insuficiente para garantir situações de estabilidade e desenvolvimento. O fato é que o processo de globalização tem promovido mudanças paradigmáticas e se alargado para incorporar temas emergentes e substantivos das relações internacionais contemporâneas. A segurança militar continua central, mas não é a única a ser garantida (BUZAN apud MESSARI, 2004).

---

\* Este trabalho se baseia no texto preparado para o 31º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), realizado na cidade de Caxambu (MG), de 22 a 26 de outubro de 2007. Constitui resultado parcial da pesquisa em andamento “Segurança ambiental e governança na América do Sul: o caso da Amazônia brasileira”, com apoio financeiro do CNPq. Agradeço os comentários de Fúlvio Eduardo Fonseca e Haroldo de Oliveira Machado Filho.

Emergem ameaças e desafios que afetam a segurança internacional, mostrando que novas configurações planetárias – interdependência econômica, velocidade tecnológica e informacional e desequilíbrios ecológicos, irão conduzir políticas de segurança para outras esferas não exclusivamente militares (BRIGAGÃO, 1996, p. 152).

Com efeito, conflitos ambientais transfronteiriços decorrentes do processo combinado de crise de escassez e crescente mercantilização da natureza estão hoje no centro das políticas de governança mundial, conformando incertezas no curso da nova geopolítica global tensa e turbulenta. Em consequência da concentração da riqueza, aumento da miséria e degradação da natureza, abissais desigualdades se alargam em escala mundial. Não há como desconhecer a gravidade dos problemas ambientais – conjunto de fenômenos regionais, nacionais e transnacionais, que estão minando a capacidade de renovação dos ecossistemas e colocando em jogo a sobrevivência do planeta.

Os riscos e os efeitos devastadores derivados das mudanças climáticas, perda de diversidade biológica, desertificação, lixo urbano e degradação dos recursos hídricos, compondo uma pauta extensa de questões planetárias, são objeto de intensas discussões nos fóruns de governos, sociedade civil, corporações empresariais e instituições multilaterais.

A versão proposta pela Comissão de Segurança Humana, presidida por Sadako Ogasa e Amartya Sen, patrocinada pelo governo japonês, busca incluir no conceito de desenvolvimento humano do PNUD riscos e ameaças à segurança física e ambiental: epidemias, pobreza, suprimento de água, crises de desenvolvimento e econômicas, acesso a armas de fogo, violência física e desastres ecológicos.

Uma contribuição estratégica do Brasil no contexto da segurança humana consiste no aproveitamento de suas vantagens comparativas (recursos hídricos, biodiversidade, multiculturalismo, energias renováveis etc.), subordinando o crescimento da economia ao modelo de sociedade igualitária, onde sejam forjados novos padrões de sociabilidade humana pautada na democratização dos espaços públicos e satisfação das necessidades básicas da população. A Amazônia brasileira representa 70% da Amazônia sul-americana, detém a maior bacia hidrográfica do mundo e concentra 20% de toda a disponibilidade de água doce do planeta.

As florestas tropicais brasileiras são consideradas imensas fronteiras de megabiodiversidade, patrimônio incalculável de recursos de flora e fauna: insumos para experimentos na área de biotecnologia e banco genético estratégico no campo da pesquisa científica global. A constituição multicultural do povo brasileiro é um forte apelo histórico e simbólico na afirmação da identidade étnica no plano da diplomacia mundial. Recursos oriundos da biomassa e fontes energéticas renováveis colocam o Brasil como uma das lideranças do novo modelo de convivência entre nações e civilizações.

As prioridades de segurança humana e coletiva norteiam-se pelo conceito mais amplo de segurança multidimensional numa teia de ameaças conectadas: conflitos entre países, guerras civis, tráfico de drogas, atentados terroristas, pobreza, calamidades sociais e degradação ambiental. No contexto dessa agenda multifacetada, a Amazônia tem papel de destaque pela importância estratégica dos recursos naturais que abriga, conformando espaços de sociobiodiversidade e serviços climáticos absolutamente decisivos

para a segurança transnacional e global. Desvendar essa teia de relações é um dos desafios dos pesquisadores que estudam relações internacionais e questões de segurança na Amazônia continental.

### **Mudanças climáticas na agenda da segurança mundial**

O debate sobre segurança está no cerne das relações internacionais. Desde as primeiras formulações teóricas e metodológicas na primeira metade do século XX com o Realismo Político até os tempos recentes acelerados pela globalização notadamente com a perspectiva da Interdependência; preocupações sobre os elementos constitutivos, conceitos, variáveis e dinâmicas sobre a temática da segurança dominam as discussões nas relações internacionais contemporâneas.

O realismo político compreende as relações internacionais como sendo determinadas pelo uso do poder e da força. Este paradigma possui raízes remotas, podendo-se identificar suas origens já nas obras de Nicolau Maquiavel (*O Príncipe*) e Thomas Hobbes (*Leviatã*). Hobbes influenciou sobremaneira essa doutrina, pois para ele a sociedade internacional encontra-se em *estado de natureza*, na medida em que se reconhece a ausência de uma autoridade acima dos Estados, uma autoridade supranacional, para além da esfera interestatal, que possa garantir a segurança de seus membros e a estabilidade do sistema.

Através de Edward Carr (*The twenty years crisis 1919-1939*) e Hans Mongenthau (*Politics among nations: the struggle for power and peace*), o realismo moderno formulou a mais contundente crítica ao liberal-idealismo, apontando que o primado das relações internacionais consiste no uso da força, nos meios violentos e conflitivos para equacionar as demandas

de defesa dos governantes, definidos a partir de uma política de poder e visão estratégica de segurança nacional.

Por outro lado, os teóricos da Interdependência, notadamente Robert Keohane e Joseph Nye (*Transnational relations and world politics* e *Power and interdependence: world politics in transition*), criticam o conceito de segurança internacional baseado na relação entre Estados soberanos, que se movem pelo cálculo do interesse nacional, como forma de salvaguardar questões de segurança interna; mostrando que essas concepções são limitadas para a compreensão dos dilemas da segurança na complexidade do mundo atual. A agenda da segurança contemporânea reflete um conjunto de mudanças no horizonte de uma percepção de segurança coletiva mais ampla, para além dos fundamentos de defesa territorial dos Estados-nação. Busca-se agora dar conta de uma agenda multicêntrica de poder no redemoinho das rápidas e profundas transformações do sistema global.

O paradigma da política internacional fundado no domínio exclusivo dos Estados está sendo tencionado por novas configurações de políticas de governança baseadas numa multiplicidade de agendas e atores. No contexto da globalização multidimensional e emergência de arenas multifacetadas como meio ambiente, migrações, direitos humanos, criminalidade; potencializada pela velocidade das inovações tecnológicas, formação de redes (*networks*), surgem novos desafios cognitivos e busca de referenciais que reorientem perspectivas interpretativas na apreensão dos fenômenos contemporâneos.

O cenário atual das relações internacionais molda-se nos arranjos sistêmicos da política para além da clássica abordagem interestatal. Agora se inicia uma era *pós-política internacional*,

na qual os atores estatais são obrigados a partilhar o cenário e o poder global com organizações internacionais, companhias transnacionais, além de movimentos políticos e sociais de escopo transnacional/global (BECK, 1999; ROSENAU, 1990). Isso não quer dizer que o Estado deixou de ser o ator mais importante e influente, mas agora não é o único no palco das decisões mundiais.

Como assinalou Villa (1999, p. 99-100) na sua formulação de segurança global multidimensional.

Global porque a interdependência e transnacionalização dos novos fenômenos de segurança permite ao conceito abranger significados não apenas localizados, mas planetários. Multidimensional porque não se constitui só de conteúdo estratégico-militar, mas de outros conteúdos transnacionais, como explosão demográfica, desequilíbrios ecológicos e migrações internacionais, que fazem com que a segurança internacional seja encarada sob diferentes ângulos.

A segurança ambiental adquire importância, pois implica na segurança vital da biosfera, na perspectiva de regulação sustentável dos recursos naturais, cooperação entre Estados e servir para mobilizar as populações em torno dos objetivos de proteção (RIBEIRO, 2001; LE PRESTRE, 2000). Vai perdendo sentido a diferenciação entre *high politics* (agenda estratégico-militar) e *low politics* (agenda econômica, social e ecológica), considerando que a interdependência crescente no contexto da sociedade global vai minando as fronteiras nas agendas de governo, fazendo com que os objetivos de uma ampla segurança humana se entrelacem (SARFATI, 2005).

A Organização das Nações Unidas começa a reconhecer que o fenômeno das mudanças climáticas está se tornando um

dos maiores dramas ambientais da história contemporânea e compromete a paz e a segurança planetária. “O meio ambiente é muito importante para a paz porque, quando nossos recursos se tornarem escassos, entraremos em guerra” (MAATHAI apud TRIGUEIRO, 2005, p. 255). Não por acaso o assunto freqüenta diariamente sites, revistas, jornais, redes virtuais e mobiliza ações e campanhas no mundo inteiro.

Mudanças climáticas estão associadas às mudanças estruturais do capitalismo e representam uma questão de segurança internacional e global (VIOLA; LEIS, 2001; BARROS-PLATIAU, 2007). Segundo Maurice Strong, “Devemos tratar a mudança climática como a mais importante ameaça à segurança global que a humanidade jamais enfrentou”.

Mudanças do clima moldadas por uma cadeia complexa de fenômenos intensificados pela Revolução Industrial, no final do século XVIII, estão minando a capacidade de suporte dos ecossistemas terrestres, através do aumento dos gases estufa provenientes das economias desenvolvidas, que adotam modelos produtivos altamente intensivos em energia não-renovável e estilos de consumo suntuário. Aumento dos níveis dos mares, ciclones, tufões, furacões, secas, enchentes, queimadas; enfim, um conjunto de situações turbulentas expõe uma crise mundial sistêmica e projeta desequilíbrios perturbadores que já ameaçam a segurança dos povos.

Estas mudanças fazem parte de um conjunto de transformações globais que esgotam progressivamente o estoque de recursos naturais, minando a capacidade de renovação dos ecossistemas e modelando o futuro das sociedades num ritmo alucinante, balizadas pela racionalidade instrumental do crescimento e maximização do lucro: o *mainstream* econômico

neoliberal. A lógica da acumulação capitalista alheia aos constrangimentos e impactos socioambientais, desencadeia um turbilhão de externalidades traduzidas em custos que são internalizados pelo conjunto da sociedade. A apropriação indiscriminada e irresponsável do capital natural dilapida o patrimônio público e impede o acesso coletivo aos bens de usufruto coletivo.

A conclusão é notória desde a criação do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC, do inglês Intergovernmental Panel on Climate Change), em 1988, pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), e a assinatura da Convenção-Quadro das Mudanças Climáticas na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92). Sucessivos estudos divulgados no âmbito dos organismos multilaterais e instituições governamentais embasam consenso científico que o padrão energético dependente de combustíveis fósseis (petróleo, carvão, gás natural), o *fordismo fossilista* (ALTVATER, 1995), juntamente com a devastação das florestas, está interferindo diretamente nos ciclos vitais da biosfera de modo caótico. Forjam um impasse societário de caráter multicivilizacional, que ignora fronteiras, territorialidades, culturas e raças.

O fato é que as últimas décadas do século XX entraram para a história, como período marcado por alterações profundas na dinâmica do capitalismo mundial, revoluções cumulativas que fizeram emergir uma civilização de danos globais, desencadeando múltiplas e crescentes mudanças: políticas, sociais, econômicas, ambientais, culturais e tecnológicas. A gigantesca acumulação de riquezas tem produzido



desigualdades sociais alarmantes entre indivíduos e nações, dilapidando a base de recursos naturais disponíveis no planeta.

Apesar do desencantamento do mundo, a célebre metáfora da *jaula de ferro* que aliena e subjuga o homem moderno anunciado por Max Weber e a espoliação do trabalhador pela máquina capitalista denunciado por Karl Marx, os clássicos da sociologia não teceram análises dos efeitos perversos do capitalismo industrial em relação ao meio ambiente. Como observa Michael Löwy, “[...] Se encontra, amiúde, em Marx ou Engels (e ainda mais no marxismo ulterior), uma tendência a fazer do ‘desenvolvimento das forças produtivas’ o principal vetor do progresso [...]” (LÖWY, 1999, p. 93-94).

Na verdade, “preocupações ecológicas nunca tiveram muito espaço nas tradições de pensamento incorporadas na sociologia e não é surpreendente que os sociólogos hoje encontrem dificuldades em desenvolver uma avaliação sistemática delas” (GIDDENS, 1991, p. 17). Diante dos desafios da crise ecológica, a teoria social contemporânea está repensando não só relações da sociedade com a “natureza”, mas os determinantes estruturais da distribuição dos males trazidos pela modernidade reflexiva – a sociedade de risco.

A intensificação das mudanças climáticas na contemporaneidade revela de forma visceral a emergência de uma sociedade de risco. O sociólogo alemão Ulrich Beck expõe que essa construção societal, pensada até suas últimas conseqüências, manifesta uma *sociedade de risco global*, pois seu princípio axial, seus desafios, são os perigos produzidos pela civilização que não pode delimitar-se socialmente, nem no espaço, nem no tempo (BECK, 2006).

A crítica da sociedade industrial vem acompanhada da crítica da modernidade no contexto da globalização neoliberal, que potencializa as forças do mercado, não internaliza os custos ambientais e ignora os limites biofísicos. Os efeitos destruturadores da lógica do capital sobre a natureza, transformada e recriada, na perspectiva da mercantilização e apropriação privada de bens (fruto do progresso material, domínio da técnica e da ciência), traz em seu bojo a pobreza e a destruição ambiental em escala mundial. O maior responsável pelos prejuízos ecológicos globais é um sistema que se globalizou globalizando a exploração da natureza (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Apesar da prosperidade econômica trazida para muitos, a sociedade capitalista, com o auge das economias industrializadas, tem se mostrado insustentável como paradigma planetário. O padrão de consumo norte-americano, o chamado *american way of life*, é o exemplo da impossibilidade de reprodução do crescimento material para os demais países e culturas. O crescimento econômico chinês acelerado, alucinante e escravo do carvão é uma bomba prestes a explodir. A crise ecológica sem precedentes espelha a falência do projeto de modernidade construída na perspectiva do crescimento econômico sem limites e num estilo de desenvolvimento que tem se revelado ecologicamente depredador, socialmente perverso e politicamente injusto (GUIMARÃES, 1992).

A recusa da modernidade insustentável sugere a mutação para um novo paradigma, ou seja,

a humanidade precisa fazer a transição para uma economia sustentável – que respeite os limites físicos inerentes ao ecossistema mundial e garanta que este continue funcionando no futuro. Se não fizermos essa transição, podemos ser punidos não apenas com

crescimento deseconômico, mas com uma catástrofe ecológica que reduziria sensivelmente nosso padrão de vida (DALY, 2005, p. 92).

Segundo o *Relatório Brundtland*, publicado em 1987, sob os auspícios da ONU, desenvolvimento sustentável é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”. O ideário da sustentabilidade assume um papel central na reflexão em torno das dimensões do desenvolvimento e alternativas de formulação de políticas públicas.

O anúncio bombástico do documento preliminar apresentado em fevereiro, em Paris, mostrando cenários turbulentos, instabilidades econômicas, perdas humanas e materiais, causou *frisson* nos veículos de mídia, circuitos de poder e mercados financeiros. O documento afirmou que o aquecimento do sistema climático é inequívoco. A grande novidade é a redução das incertezas quanto à causa do fenômeno: segundo os especialistas, existem 90% de chance de que as atividades humanas sejam o principal fator de aquecimento global desde 1950. O relatório mostra ainda que, num cenário otimista, a temperatura média do planeta, em 2100, deverá ser 3° C superior aos níveis pré-industriais, e o mais preocupante é que os resultados disso deverão perdurar por séculos. Os cientistas estão convencidos de que haverá um rastro de perdas humanas e materiais, cujas conseqüências são imprevisíveis na configuração da geopolítica mundial (INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE, 2007).

O alarde serviu para dar visibilidade aos que há muito tempo vêm questionando o modelo de sociedade vigente. A denúncia dos ambientalistas dos perigos da poluição atmosférica na década de 1980 metamorfoseou-se numa questão sistêmica promotora de desequilíbrios transnacionais.

## **A Amazônia na arena das mudanças climáticas globais**

A dinâmica das sociabilidades humanas está sendo afetada pela insegurança trazida pela modernidade reflexiva derivada dos riscos tecnológicos e sociais: degradação ambiental, lixo e usinas nucleares, urbanização desenfreada, violência, criminalidade e miséria.

Reina uma sensação de perplexidade no bojo de revoluções ininterruptas que moldam transformações radicais e aceleradas no ventre da globalização que promete integração e progresso, mas que impõem de forma brutal desigualdades entre civilizações, países e indivíduos; cultua padrões de produção e consumo insustentáveis e banaliza valores e princípios éticos fundamentais.

Não há como disfarçar o tremendo mal-estar da sociedade moderna, diante da irreversibilidade das ameaças e conseqüências sombrias cada vez mais reflexas do atual paradigma de desenvolvimento perdulário e consumista. O influente e renomado cientista James Lovelock, pioneiro nas denúncias dos problemas ambientais globais tem afirmado que a raça humana está condenada e a era dos extremos climáticos veio para ficar. A revolução fossilista que embalou o desenvolvimento das forças produtivas e o industrialismo, já deixou marcas fatais e definitivas na aventura dos humanos no planeta Terra.

A questão das mudanças climáticas está contemplada, de forma singular, na agenda da segurança mundial, com importante papel da ONU na construção de diálogos e consensos possíveis, constituindo capítulo crucial na pauta de responsabilidades de caráter planetário. Países que mais se beneficiaram com o padrão produtivista e destruíram suas

florestas deveriam assumir custos financeiros bem maiores e reduzir suas emissões de forma mais agressiva, especialmente os Estados Unidos, responsáveis por 30% das emissões globais de gases do efeito estufa (GEE).

Apesar de representar avanço na cooperação multilateral, o Protocolo de Quioto precisa ser repensando à luz das novas exigências de mitigação, adaptação, pesquisa, educação, capacitação e disseminação, preconizadas pelos cientistas do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). Investimentos públicos e privados referenciados por processos tecnológicos limpos e eficientes, democratização do conhecimento, ajuda humanitária aos “refugiados ambientais”, são decisões políticas necessárias e urgentes para o fortalecimento dos mecanismos de governança climática.

Países em desenvolvimento também devem responsabilidades, inclusive com metas de redução de emissões. Segundo previsto no Protocolo de Quioto, somente os países do anexo I (desenvolvidos) têm compromisso de metas/redução dos GEE. O Brasil, pela influência que exerce junto ao G-77 (principal aliança de países emergentes), poderia assumir a liderança desse bloco na construção de modelos energéticos alternativos, baseados na utilização de fontes renováveis (energia solar, eólica, biomassa), além do desafio maior de zerar o desmatamento ilegal na Amazônia.

O Brasil é o maior produtor mundial de etanol obtido da cana-de-açúcar e tem fantástica diversidade de oleaginosas (soja, dendê, mamona, girassol, algodão, canola, pinhão manso etc.), no contexto singular de uma megacivilização florestal. A conservação da floresta em pé, a proteção da diversidade biológica e sócio-cultural e o aproveitamento inteligente dos

serviços ambientais são trunfos decisivos desse país tropical projetar-se como *player* estratégico no tabuleiro da crise ecológica mundial.

A questão da Amazônia no debate das mudanças climáticas passa pelo posicionamento do governo brasileiro no contexto mais abrangente das negociações internacionais. O discurso oficial da representação brasileira tem frequentemente oscilado entre uma visão comprometida com mudanças substantivas no plano institucional (vale lembrar que o Brasil propôs a criação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), dentro do Protocolo de Kyoto) e atitudes que revelam desinteresse e indecisão na tomada de posições mais firmes que envolvam metas de redução de suas emissões.

A responsabilidade brasileira é absolutamente perceptível no contexto das mudanças climáticas globais. Embora disponha de base energética relativamente limpa - a matriz elétrica brasileira é composta por 84% de produção hidrelétrica, 4% de biomassa, 4% de gás natural, 4% de diesel e óleo combustível, 3% nuclear e 1% de carvão, o Brasil é o 4º maior emissor do planeta, quando são levados em consideração os gases lançados na atmosfera pela ação dos desmatamentos e queimadas na Amazônia.

Com efeito, o Brasil tem sido pressionado pela comunidade internacional pelo agressivo desflorestamento praticado na Amazônia, que equivale a 75% no conjunto das emissões nacionais. As florestas representam arenas privilegiadas de conflitos e pressões endógenas e exógenas que tornam vulneráveis os argumentos brasileiros nas negociações internacionais. Países desenvolvidos acusam o governo brasileiro de incapacidade em conter a destruição da floresta, colocando em xeque a fragilidade da soberania exercida na região e reacendendo o debate da internacionalização.

A Amazônia possui um papel estratégico no ciclo do carbono planetário, sendo considerada uma das regiões mais vulneráveis do ponto de vista das influências das mudanças climáticas (NOBRE; SAMPAIO; SALAZAR, 2007). Pesquisas coordenadas pelo Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CPTEC/INPE) e divulgadas pelo Ministério do Meio Ambiente, através do estudo “*Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre a biodiversidade*”, apontam que a Amazônia pode virar cerrado ao longo do século XXI.

Outras pesquisas baseadas no modelo climático de Centro Hadley do Reino Unido projetam cenário de savanização (CANDIDO et al., 2007). Embora se reconheça a necessidade de ampliar corpo de conhecimentos científicos mais consistentes para a região, a verdade é este cenário atrai preocupações planetárias e certamente representa uma grande ameaça para as populações tradicionais e ribeirinhas, sobretudo os segmentos mais sensíveis que dependem diretamente dos corredores hídricos e da biomassa. Segundo os estudos do Experimento de Grande Escala Biosfera-Atmosfera (LBA) (The Large Scale Biosphere-Atmosphere Experiment in Amazonia), a Floresta Amazônica absorve uma quantidade gigantesca de carbono, realizando um serviço ambiental extremamente importante.

Após várias tentativas e pressões do governo e sociedade civil brasileira, a Conferência de Mudanças Climáticas (COP-3), realizada em Bali (Indonésia), sinalizou a inclusão das florestas tropicais na governança climática. Ficou definido um mecanismo de redução de emissões – o Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation (REDD) – que passará a vigorar a partir de 2012 como instrumento legal da Convenção-

Quadro das Mudanças Climáticas, assim como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

A segurança climática do planeta ameaçada pelo modelo fossilista e desequilíbrios ecossistêmicos depende da Amazônia e vice-versa. Contudo, mesmo que o desmatamento seja interrompido, as emissões desmedidas do crescimento econômico irão afetar a maior floresta tropical do planeta. A segurança ambiental e climática moldada nos conflitos pela apropriação dos estoques ecológico-sociais e ameaças sistêmicas do desenvolvimentismo constitui uma das principais preocupações dentro das estratégias de defesa e valoração da Amazônia.

O Brasil como potência ambiental global, precisa assumir o compromisso ético com as futuras gerações e fazer opção por um modelo de segurança centrado em políticas públicas, capazes de estabelecer estratégias inteligentes de defesa que promova inclusão social, através de cadeias produtivas economicamente viáveis e sustentáveis. Pelas potencialidades intrínsecas da maior fronteira de recursos naturais do planeta, a Amazônia é certamente um espaço estratégico para repensar uma política nacional de desenvolvimento sustentável, além dos serviços ambientais vitais (seqüestro de carbono, ciclos hidroquímicos etc.) que proporciona para a governança climática regional, nacional e global.

### **Considerações finais**

Uma observação atenta da moldura das relações internacionais contemporâneas não pode ignorar que o sistema internacional fundado a partir do *Tratado de Westfalen* (1648), que consagrou o papel fundamental dos Estados, está hoje



abalado pelas mudanças rápidas decorrentes da emergência de fluxos de poder, finanças, acordos comerciais, tecnologias, migrações, agendas e novos atores, que influenciam e tencionam os parâmetros políticos clássicos. O sistema interestatal monopolizado pelas relações entre Estados nacionais e as estratégias de poder pelo uso da força militar e preocupações geopolíticas centradas na segurança nacional já estão sendo corroídas pelo novo mapa de segurança e defesa moldada em políticas públicas e inserção efetiva dos movimentos sociais.

O cenário mundial configura a passagem do sistema internacional para um sistema global. A segurança contemporânea deixou de ser compreendida na ótica restrita do realismo radical, que preconiza o uso da força militar e poder entre os Estados para a resolução dos grandes conflitos contemporâneos. A segurança climática como aspecto relevante da segurança ambiental tem sido considerada uma dimensão relevante com o agravamento da crise ecológica civilizacional para a compreensão das ameaças e turbulências no mundo atual.

Dentro do sistema internacional anárquico e hierarquizado contemporâneo, são complexas e tensas as negociações das agendas multilaterais. O regime de mudança climática é um exemplo emblemático das dificuldades na pactuação de consensos e proposições de políticas transnacionais que enfrentem o agravamento deste problema.

Nas entranhas das relações de poder e da retórica dos países que se dizem defensores da proteção ambiental, ainda reina um déficit de iniciativas de acordos mais conseqüentes para a reversão progressiva deste cenário de caos e turbulência. Apesar da vontade de cooperar, os países ainda norteiam suas ações a partir de posições de maximização do interesse nacional (VIOLA, 2003).

O aquecimento global é o maior desastre ambiental da história da civilização e entrou de forma definitiva na agenda da segurança mundial. O impasse científico acabou. Preocupações sobre mudanças climáticas estão na ordem do dia da política, sociologia, economia, geografia, ecologia, comunicação, academia, governos, mercados e instituições sociais. A sociedade fossilista que vitaminou o crescimento industrial é pernicioso e suicida.

A ideologia desenvolvimentista ainda é hegemônica e os países parecem não querer abdicar de padrões de bem-estar ditados pelos valores da pós-modernidade capitalista, ainda que todos saibam o tamanho do débito com a vida na biosfera. Longe de manchetes sensacionalistas e miragens apocalípticas que pregam o fim do mundo, o caos climático exige um pacto civilizatório orientado para uma sociedade sustentável, através de esforço transnacional de governos e iniciativas dos múltiplos movimentos da sociedade civil: do local ao global.

A Amazônia está no “olho do furacão” das consequências ambientais e sociais advindas da poluição global e do modelo predatório e insustentável ainda hegemônico na região. Resta saber até quando resistirá.

## Referências

- ALTVATER, E. **O preço da riqueza**. São Paulo: Unesp, 1995.
- BARROS-PLATIAU, A. F. A segurança climática global e o papel do Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31. Caxambu, MG, **Anais...** 2007.
- BECK, U. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo, respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- \_\_\_\_\_. **La sociedad del riesgo global**. Madrid: Siglo XXI, 2006.
- BRIGAGÃO, C. Segurança ecológica da Amazônia: novos desafios. In: PAVAN, C. (Org.) **Uma estratégia latino-americana para a Amazônia**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; São Paulo: Memorial, 1996. 3v.
- CANDIDO, L. A. et al. O clima atual e futuro da Amazônia nos cenários do IPCC: a questão da savanização. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 59, n. 3, p. 44-47, 2007. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252007000300017&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000300017&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 fev. 2008.
- DALY, H. Sustentabilidade em um mundo lotado. **Scientific American**, Edição Brasil – São Paulo, ano 4, n. 41, p. 92-99, out. 2005.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- GUIMARÃES, R. O novo padrão de desenvolvimento para o Brasil: inter-relação do desenvolvimento industrial e agrícola com o meio ambiente. In: VELLOSO, J. P. R. (Org.) **A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Livraria Nobel S.A. 1992.
- INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Climate change: The Physical Science Basis**. Summary for Policymakers. Paris, 2007.
- LE PRESTRE, P. **Ecolítica internacional**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- LÖWY, M. De Marx ao ecossocialismo. In: GENTILI, P.; SADER, E. (Orgs.) **Pós-Neoliberalismo II**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 90-107.

MESSARI, N. Existe um novo cenário de segurança internacional? In: GÓMEZ, J. M. (org.). **América Latina y el (des)orden global neoliberal**. Buenos Aires: Clacso, 2004.

NOBRE, C. A.; SAMPAIO, G.; SALAZAR, L. Mudanças climáticas e Amazônia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 59, n. 3, p. 22-27, jul.-set. 2007. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252007000300012&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000300012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 fev. 2008.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Efeito estufa e capitalismo. **Revista ECO-21**, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 119, out. 2006.

RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

ROSENAU, J. **Turbulence in world politics**. A theory of change and continuity. Princeton: Princeton University Press, 1990.

SARFATI, G. **Teoria de relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

TRIGUEIRO, A. **Mundo sustentável**: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação. São Paulo: Globo, 2005.

VIOLA, E. As complexas negociações internacionais para atenuar as mudanças climáticas. In: TRIGUEIRO, A. (coord.) **Meio ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante. 2003. p. 180-197.

VIOLA, E.; LEIS, H. Brazil and global governance: the case of climate change. In: HOGAN, D. J.; TOLMASQUIM, M. T. (orgs.) **Human dimensions of global environmental change**: Brazilian perspectives. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2001. p. 121-156.

VILLA, R. A. D. A segurança global multidimensional. **Lua Nova - Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 46, p. 99-118, 1999.